**CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL,
COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
CAC S FUNDEB VERA CRUZ -RS
ATA Nº135/2019**

Às nove horas do dia vinte e dois de abril de 2019, na sala de reuniões dos Conselhos Municipais, sito à Avenida Nestor Frederico Henn, 1645, reuniram-se os conselheiros do CACS/FUNDEB de Vera Cruz/RS, Márcia Olinda Brandt, Tatiane Rosemara Petry suplente de José Vilson da Silva, Everton Vargas Pereira e seu suplente Carlos Eduardo Muller, Vanuza Lara de Moura, Ângela Marli Rusch, Samara de Souza Gerhard, Daniele Elis Stoeckel, Cintia Piccinini, Martin Alencar da Rosa Dorneles e Miguela Carolina Gomes Corrêa. A conselheira Márcia Gabe não justificou sua ausência e sua suplente, Marlene Gonçalves Haas também não compareceu, considerando-se então como falta injustificada. Declarada aberta a reunião pela presidente Marcia Brandt, solicitou que Iris Ziani apresentasse sobre a relevância e as responsabilidades do CACS/FUNDEB e as devidas atribuições dos conselheiros. Iris esclarece que já foi realizado o cadastro do CACS no sistema e falta somente a validação do FNDE, para após a presidente realizar a sua senha e poder validar as prestações de contas analisadas e aprovadas pelo CACS/FUNDEB. Ressaltou também a importância do comparecimento dos titulares ou seus respectivos suplentes nas reuniões mensais, e o conselheiro que faltar em 4 reuniões consecutivas ou 6 intercaladas no ano sem apresentar justificativa prévia perderá o mandato e isto acarreta em grande prejuízo para o funcionamento do Conselho em razão de suas competências e atribuições. Explicou que junto ao FNDE é necessário emitir parecer do Módulo de Acompanhamento e Validação do SIOPE – MAVS, que é uma ferramenta informatizada, desenvolvida para facilitar o acompanhamento da aplicação dos recursos do Fundeb, na medida em que contará com a participação ativa do Secretário de Educação e do Presidente do CACS-FUNDEB, na avaliação e confirmação das informações prestadas pelos entes federados junto ao SIOPE, contidas no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (no caso do Secretário de Educação) e no Relatório Demonstrativo do Fundeb (no caso do Presidente do CACS-FUNDEB), por isso é importante do acompanhamento mensal da execução dos recursos da educação do FUNDEB. Também o CACS deve analisar e emitir parecer anual do PNATE e do FUNDEB, acompanhar o Censo Escolar, PAR entre outros. Foi solicitado a presença na reunião o servidor da Secretaria de Finanças, Carlos Ziani, o qual explicou como os conselheiros devem fazer a conferência dos empenhos no que se refere a despesas efetuadas pelo FUNDEB. Esclareceu também que deve ser conferida a lotação contábil dos servidores que são vinculados à Secretaria de Educação, pois conforme esta lotação que são separados os recursos para a folha de pagamento dos mesmos. Informou para os conselheiros que dos 100% de recursos que o município recebe do Governo federal, que o mínimo de 60% (sessenta por cento) desses recursos deve ser destinado anualmente à remuneração dos profissionais do magistério e de acordo com o art. 22 da Lei nº 11.494/2007, são considerados profissionais do magistério aqueles que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica. Os outros 40% podem ser utilizados para a manutenção da educação básica e profissionais de apoio. Também ressaltou que qualquer divergência encontrada pelos Conselheiros no que se refere a gastos deve ser corrigida dentro do respectivo ano para que os valores possam ser restituídos. Para finalizar informou também que em caso dos Conselheiros necessitarem fazer alguma vistoria em algum local é obrigação da Secretaria de Educação disponibilizar um veículo para a locomoção dos mesmos. Dando continuidade a reunião foi feita a vistoria das contas relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, exercício do mês de março de 2019, onde foram analisadas as seguintes documentações: Extrato Bancário mensal da conta do FUNDEB (nº 14.249-2, Banco do Brasil – Agência 2768-5), referente às receitas formadoras deste fundo – FPM, FPE, ICMS, IPI, Lei 87/96, IPVA, ITR e o retorno conforme o nº de alunos do município; Folha de Pagamento de Pessoal; Demonstrativos de Execução Financeira; Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa; os empenhos por fonte de recursos, as conciliações de saldo bancário, balancetes de receita, as transferências diretas

do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação. Após a análise constataram que tudo estava nos conformes e aprovaram o mês de março do ano de dois mil e dezenove. Prosseguindo analisaram os empenhos por fonte de recursos referente ao mês de março do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, após a análise constataram que tudo estava nos conformes e aprovaram o mês de março do ano de dois mil e dezenove. Na sequência, analisaram os empenhos por fonte de recursos referente ao PAR TC 201400353, onde constaram que estava conforme e aprovaram. Foi sugerido para pedir por ofício, a Secretaria de Educação que quando for realizada alguma compra para as Escolas que a mesma repasse ao Conselho uma lista de quem serão os beneficiados com a aquisição, para facilitar o acompanhamento. Também a relação dos veículos, com a placa, que são utilizados na educação básica e no transporte escolar, bem como a relação das empresas e linhas do transporte escolar. A relação dos profissionais com a respectiva carga horária, escola e função. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos presentes. A próxima reunião ficou marcada para quarta segunda-feira do mês de maio no mesmo horário e local. Vera Cruz, 22 de abril de 2019.